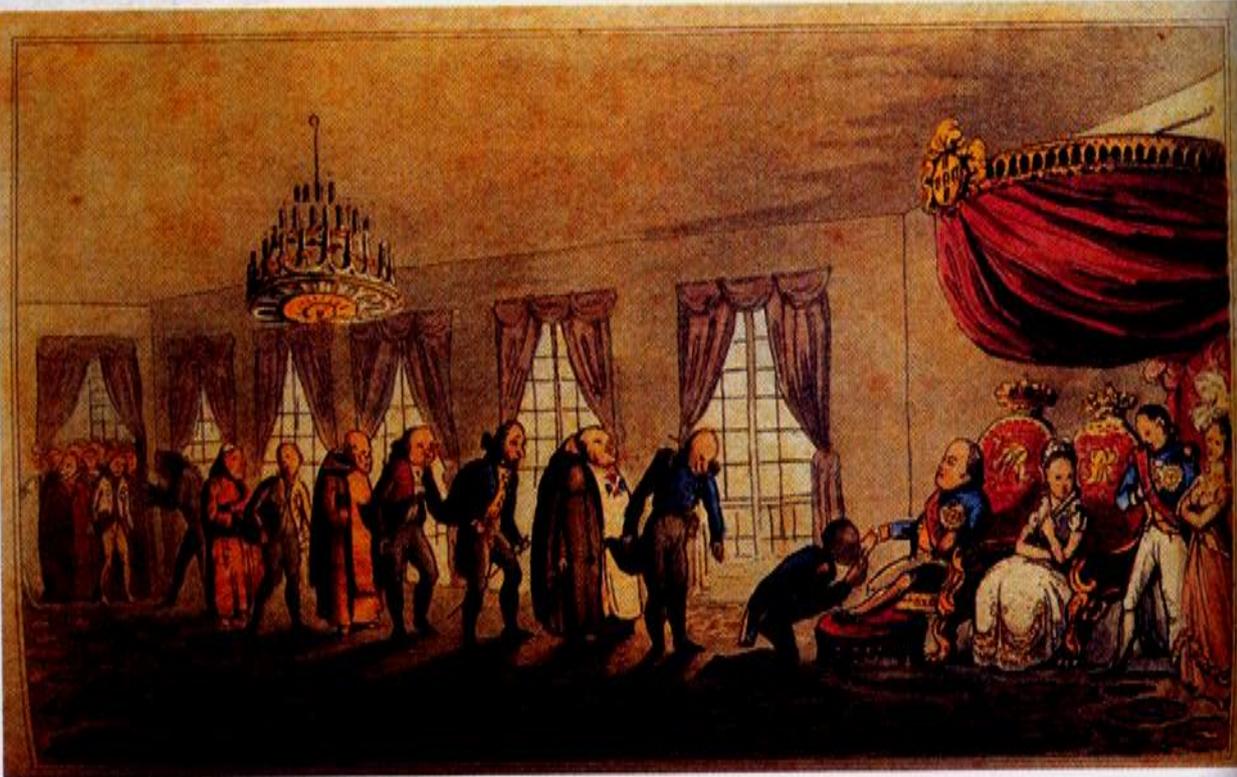


O Estado até o fim do século XIX

Podemos dizer que o Brasil conheceu várias formas de organização do Estado, de acordo com os caminhos que a história política do país traçou.

Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro



Entre 1500 e 1822. Todas as decisões políticas relacionadas à colônia de Portugal na América eram tomadas pelo soberano português, que mantinha um Estado absolutista; os moradores da colônia só cumpriam as decisões. Foi assim que aconteceu com praticamente todas as iniciativas políticas daquela época, desde a implantação das capitanias hereditárias — que, conforme o próprio nome diz, passavam de pai para filho — até a instituição do Governo Geral. Ou seja, toda a estrutura de poder na colônia estava ligada diretamente ao rei de Portugal. Isso ficou mais claro quando, em 1808, Dom João VI foi obrigado por Napoleão a

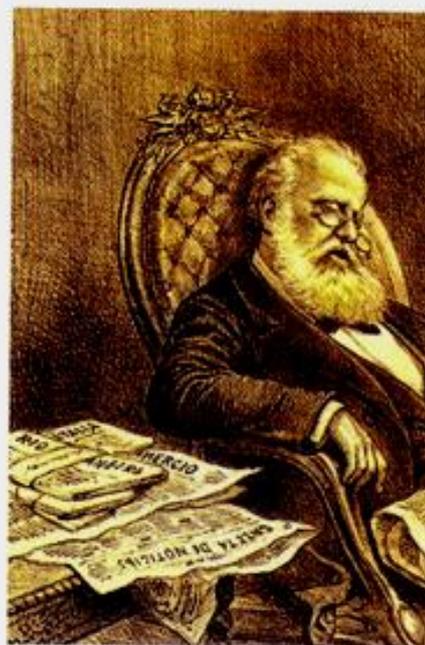
vir para o Brasil, transplantando para cá a forma de Estado vigente em Portugal. Esse período durou pouco, pois logo veio a independência.

Entre 1822 e 1889. Da independência à República, havia no país um Estado imperial constitucional com os poderes Executivo (Conselho de Estado), Legislativo (Assembleia Geral, composta do Senado e da Câmara dos Deputados) e Judiciário (Supremo Tribunal de Justiça). No entanto, havia algo diferente no Brasil de Dom Pedro I: o poder Moderador, exercido pelo imperador.

O poder Moderador ficava acima dos outros três, pois o imperador nomeava os integrantes do Conselho de Estado (o Executivo) e do Senado, escolhia os membros do Supremo Tribunal, podia dissolver a Câmara dos Deputados e utilizar as Forças Armadas quando achasse conveniente para manter a segurança do Império. Dom Pedro tinha o poder absoluto com uma maquiagem liberal, já que havia uma constituição no país. Parecia que existia um parlamentarismo, mas, de fato, quem exercia o poder era o imperador.

Depois da abdicação de Dom Pedro I, com as Regências e o governo de Dom Pedro II, a estrutura política do Brasil manteve-se igual.

Talvez o Brasil tenha sido o único país do mundo em que uma constituição liberal coexistiu com a escravidão. Isso é uma grande contradição, pois a constituição liberal dispõe que todos os indivíduos são iguais perante a lei, e a escravidão é a negação disso. A permanência dessa contradição se explica pelo fato de a escravidão ser um dos elementos estruturais do Império. Ela foi abolida, em 1888, e a monarquia caiu em seguida.



Ch
put
dec
O j
imp

O Estado republicano

O Estado que nasceu com a implantação da República no Brasil, resultante de mais uma tentativa da classe dominante para manter seu poder, caracterizou-se como liberal conservador. Desde sua implantação, os militares tiveram sempre uma presença marcante na estruturação política nacional e estiveram no posto máximo de comando — a Presidência da República — ou nos bastidores, influenciando nas principais decisões políticas.

Tivemos, nesse longo período de República, diferentes momentos de poder: o do poder oligárquico (um governo de grupos), exercido pelos grandes proprietários de terras, as ditaduras explícitas, os momentos de governos democráticos liberais com restrições, etc. Enfim, vivemos situações em que a democracia esteve sempre por um fio.

República Velha: o Estado oligárquico (de 1889 a 1930). Enquanto na Europa e nos Estados Unidos já havia um desenvolvimento industrial significativo e

um Estado liberal democrático estruturado, o Brasil era um país essencialmente agrário, com um Estado oligárquico que excluía a participação popular.

A República no Brasil surgiu de um movimento da cúpula militar, sem a participação da população. Segundo o jornalista republicano Aristide Lobo, em sua coluna “Cartas do Rio”, escrita no dia da proclamação e publicada no *Diário Popular* do dia 18 de novembro de 1889, “o povo assistiu bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”, ao movimento que derrubou a monarquia.

Após um período de governo provisório, entre 1889 e 1891, houve a promulgação de

uma constituição, em 1891, que criava a República Federativa do Brasil. Isso significava que o Brasil era um conjunto de províncias (os atuais estados), as quais tinham autonomia e uma constituição própria que definia o Judiciário, as Forças Armadas, os códigos eleitorais e a capacidade de criar impostos. Mas o poder da União ficava resguardado, pois ela podia intervir nas províncias para assegurar a ordem, a estabilidade e o pacto federativo.

O poder nesse período caracterizava-se por duas práticas: a política dos governadores e o coronelismo.

À exceção do período 1889-1894, quando os militares estiveram no comando da República, a chamada política dos governadores procurava evitar disputas entre o governo central e os estaduais, garantindo assim a manutenção e o predomínio da máquina administrativa federal. Essa política expressava um acordo entre o governo federal e as mais fortes oligarquias regionais, através da destinação de verbas da União para obras públicas estaduais; em troca recebia o apoio dos deputados e senadores para aprovação dos projetos de interesse do

Executivo. Foi marcante a chamada política do café com leite, que expressou a presença dominante dos estados de São Paulo e Minas Gerais no executivo federal.

O coronelismo era uma forma de poder econômico, social e político encarnado pelo proprietário rural, que controlava os meios de produção, e os moradores da zona rural e das pequenas cidades do interior. A prática político-social dos coronéis mantinha uma articulação local-regional e regional-federal, como nos tempos do Império.

Coleção particular.



Charge de Angelo Agostini feita nos primeiros anos da República Velha (1889-1930), ironizando as práticas eleitorais da época. Não havia mecanismos institucionais que pudessem coibir as fraudes, pois o voto era aberto e não existia uma justiça eleitoral independente.

Acervo Iconographia



O período Vargas (de 1930 a 1945). Dois golpes de Estado delimitam esse período: um para colocar Getúlio Vargas no poder e outro para derrubá-lo.



A atuação parlamentar praticamente não existiu no período Vargas e, quando houve, sempre esteve atrelada ao governo central. O Brasil teve duas constituições: a de 1934 (que tinha um fundamento liberal e durou muito pouco) e a de 1937 (que foi imposta por Getúlio Vargas, com inspiração fascista e autoritária).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder estabeleceu-se o que a Sociologia chamou de populismo: uma relação de poder em que o governo buscava o apoio dos trabalhadores e também da burguesia industrial (setor que de fato representava). Com isso, Getúlio criou uma divergência com o setor agrário dominante, já que seu objetivo era implantar uma nova ordem industrial.

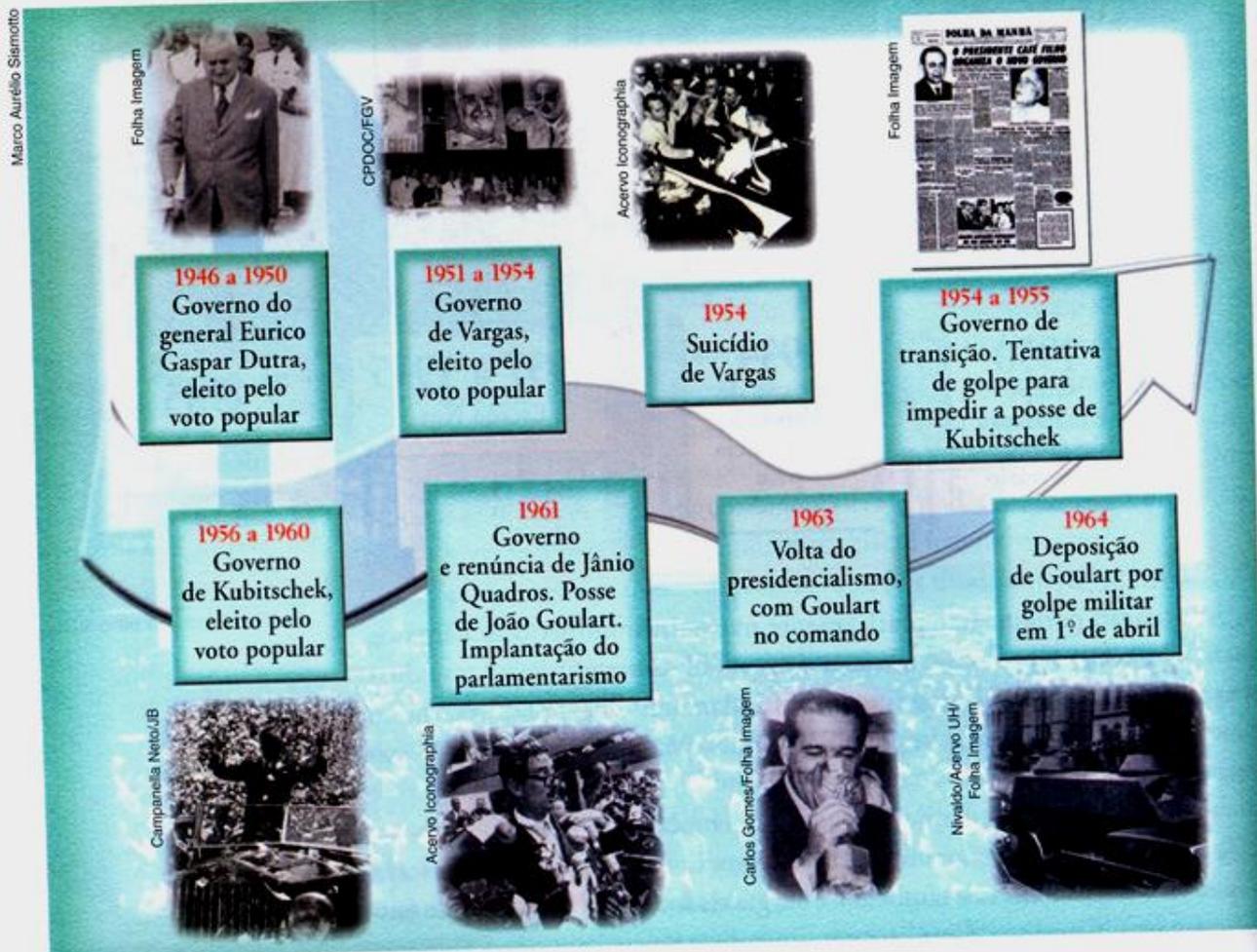
Para alguns autores brasileiros, como Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos, o traço marcante do populismo de Vargas foi a liderança carismática. Para outros estudiosos, como Francisco Weffort, tratava-se de um fenômeno de massas e de classes, com certo traço manipulador. Já de acordo com Octávio Ianni, foi um fenômeno ideologicamente baseado no nacionalismo, com uma política que envolvia todas as classes sociais, portanto, um movimento policlassista.

Em termos econômicos, havia um compromisso entre o governo e as elites urbanas de industrializar o país, utilizando para isso a modernização da estrutura estatal e também a incorporação, de modo controlado e subordinado, das emergentes massas urbanas. O Estado aparecia como o principal agente investidor na infraestrutura necessária a esse processo.

Sem perder de vista seu caráter autoritário e a repressão que desencadeou no Estado Novo, Getúlio Vargas deixou um legado de leis trabalhistas e a concepção de um país com um projeto nacional que continuou nos anos seguintes.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A República com a marca Vargas: o Estado liberal (de 1945 a 1964). Terminada a Segunda Guerra Mundial, iniciava-se no Brasil um período de 19 anos de democracia liberal, delimitado por golpes militares. O primeiro deles foi o que derrubou Getúlio Vargas, em 1945, e o último, o que depôs João Goulart, seu seguidor político, em 1964.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Estado estruturou-se com uma nova constituição em 1946, considerada politicamente liberal, mas que permitia a intervenção na economia, principalmente na infraestrutura necessária ao processo de industrialização. No esforço de industrialização, o governo investiu em empresas siderúrgicas, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce, e nacionalizou a produção e o refino de petróleo com a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). O objetivo era diminuir as importações que, na época, ainda abrangiam os bens de consumo duráveis, como as geladeiras, os fogões e os eletrodomésticos de todos os tipos.

Com Juscelino Kubitschek, finalmente se implantou a indústria nacional de bens duráveis, graças à estruturação da tríplice aliança — a conjugação entre o Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro —, que possibilitou um grande desenvolvimento econômico e industrial no Brasil. O exemplo mais claro dessa aliança foi a implantação da indústria automobilística nacional, com a vinda das grandes montadoras de veículos, como a Volkswagen, a Ford e a General Motors. Essas empresas instalaram-se no Brasil com o apoio do

governo federal, que desenvolvera uma indústria siderúrgica, ampliava a produção de petróleo e construía estradas, enquanto o capital nacional participava com as indústrias subsidiárias, produzindo peças, equipamentos e acessórios para os automóveis e caminhões.

O final dessa fase chegou com o golpe militar de 1964, que derrubou João Goulart. O golpe estava sendo tramado havia muito tempo, desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961; só demorou para ser posto em prática por causa das divergências entre os militares mais graduados e também entre os líderes civis. Um novo período ditatorial se iniciava no Brasil.



Fundação Biblioteca Nacional/Rio de Janeiro

A República dos generais (de 1964 a 1985). Por que houve o golpe militar em 1964? Segundo os golpistas, o objetivo era acabar com a anarquia e a insegurança que levariam o país ao comunismo; os militares argumentavam também que era a única maneira de deter a inflação, que estava absurdamente alta, e de avançar no processo de industrialização já em curso.



Charge de Théo, publicada na revista *Caretta*, em 1960. Jânio Quadros foi eleito com a promessa de varrer a corrupção e a dívida pública com sua vassoura — símbolo de sua campanha. No entanto, o que aconteceu foi uma renúncia mal explicada e o começo de um processo que culminou no golpe militar, em 1964.



Politicamente, podemos dizer que essa fase divide-se em três momentos: de 1964 a 1968, de 1969 a 1973 e de 1974 a 1984.

Fonte: Elaborado pelo autor

No primeiro momento, os militares editaram o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que suspendeu os direitos políticos de centenas de pessoas. Foram extintos os partidos políticos e criado o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro

(MDB), de oposição consentida. Todas as eleições diretas para cargos executivos foram suspensas.

Nesses primeiros anos do golpe, ocorreram muitos atos públicos, principalmente de estudantes e trabalhadores, contra o regime militar. Os movimentos foram permitidos inicialmente, mas depois passaram a ser reprimidos com violência. A edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1969, marcou o endurecimento do regime. Com isso, ficou bem clara a instauração da ditadura, que praticamente anulou a Constituição.

AI-5

O segundo momento correspondeu aos chamados “anos de chumbo”, pois nessa fase houve intensa repressão aos movimentos organizados e às manifestações públicas e censura prévia à imprensa. O endurecimento aumentou a oposição ao regime, com a organização de movimentos guerrilheiros na cidade e no campo. Os militares reagiram com violência, colocando em prática as torturas, assassinatos e desaparecimentos de ativistas de esquerda e de pessoas que eles diziam conspirar contra a segurança nacional.

Também nesse segundo momento o país iniciou um processo que foi designado de “milagre econômico”, pois houve um crescimento expressivo da produção nacional.

Os últimos dez anos do regime militar (1974-1984) foram críticos para sua manutenção, pois em termos econômicos iniciava-se uma crise internacional decorrente do aumento explosivo dos preços do petróleo, e isso tinha reflexos diretos internamente. E, politicamente, a oposição ao regime iniciava sua ascensão, tanto no plano eleitoral quanto no dos movimentos populares, com a emergência de manifestações reivindicatórias, principalmente nas grandes cidades, por melhores condições de vida e de trabalho. As greves operárias ressurgiram e o movimento dos trabalhadores, com nova configuração, reestruturou-se gradativamente.

Diante dessa situação, no governo do general Ernesto Geisel (1974 a 1979) foram dados os primeiros passos para a “abertura” do país. Inicialmente, Geisel precisou conter os vários setores das Forças Armadas que queriam a continuidade do regime militar; depois, iniciou uma longa trajetória para promover uma transição lenta e gradual para a democracia representativa, sob a vigilância dos militares, tentando conter as manifestações políticas das ruas.

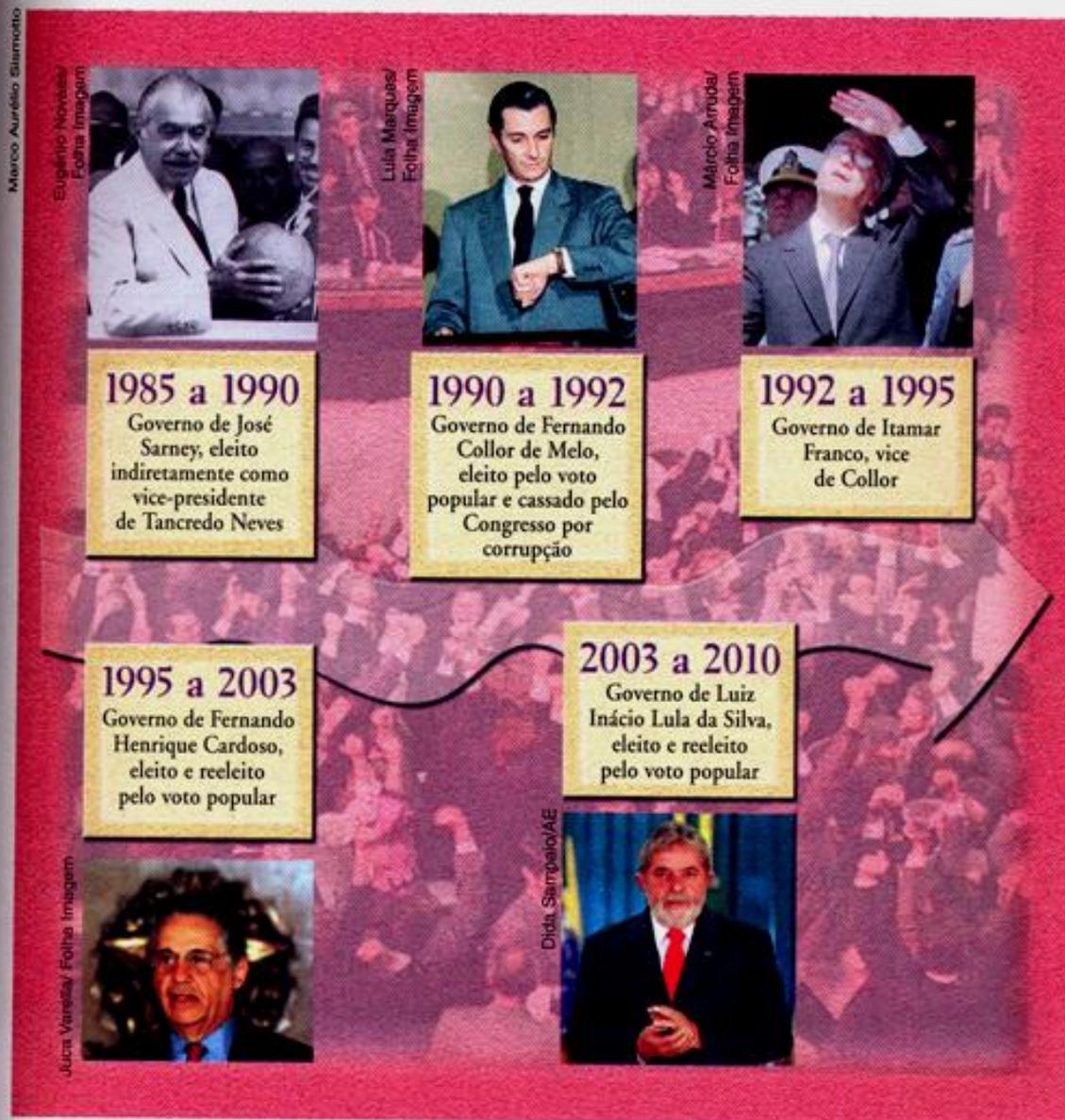
Nessa última fase da ditadura aconteceram alguns fatos importantes que merecem ser lembrados. Em 1978 foi extinto o AI-5, o ato institucional dos militares que tolhera radicalmente a liberdade no país. Em 1979 foi aprovada a lei da anistia, e centenas de exilados voltaram ao Brasil. Também nesse ano foi restabelecido o pluripartidarismo, o que abriu a vida política para outros partidos. O Partido Democrático Social (PDS) substituiu a Arena, e o MDB transformou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Nasceram o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1982, o Partido dos Trabalhadores (PT) teve seu registro aceito.



No último governo militar, o do general João Baptista Figueiredo, agravou-se a crise econômica e intensificaram-se os movimentos grevistas e as manifestações de protesto. Em 1984, uma campanha por eleições diretas para presidente da República, conhecida como *Diretas Já*, agitou o país, e uma emenda à constituição foi votada com esse objetivo, mas não conseguiu ser aprovada no Congresso. Os militares decidiram que o governo deveria ter um civil na liderança, mas eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, e isso ocorreu.

Como vimos até aqui, o Estado brasileiro teve poucos momentos de efetiva democracia representativa, mesmo com a existência de uma constituição que se propunha definir os direitos dos cidadãos. Na prática, essa constituição estava sempre a serviço daqueles que ocupavam o poder e de quem os sustentava.

O retorno à democracia (de 1985 a nossos dias). Após a abertura, o Brasil viveu a fase do Estado liberal democrático, que procurou definir as bases democráticas de convivência política. Essa fase se iniciou com a eleição indireta, pelo Colégio Eleitoral, do primeiro presidente civil que deveria substituir os militares no governo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

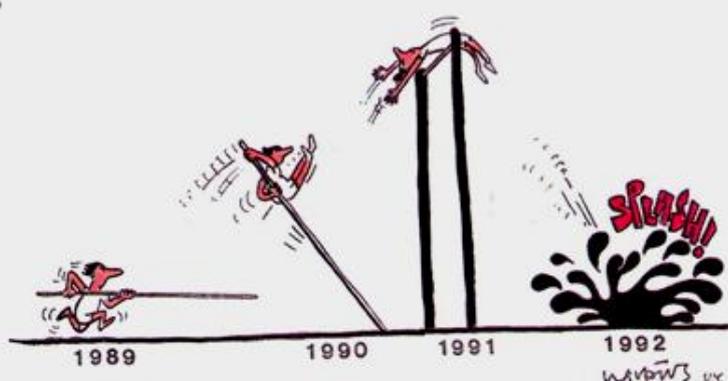
O candidato eleito, Tancredo Neves, procurou demonstrar que formaria um governo novo, mas na verdade ele era um político de confiança dos militares, ou seja, era a garantia de que não haveria revanchismo contra eles. No

entanto, Tancredo morreu antes de tomar posse; quem assumiu foi o seu vice, José Sarney. Ex-presidente e depois dissidente do PDS (partido governista), Sarney criara a Frente Liberal (mais tarde PFL), partido pelo qual se tornou vice-presidente na chapa de Tancredo Neves.

Durante o mandato de Sarney, em 1988, foi promulgada a nova Constituição brasileira, chamada de *Constituição cidadã*, fato considerado fundamental para o desenvolvimento de uma democracia estável no Brasil.

Os governantes seguintes, eleitos pelo voto popular, puderam atuar sem a vigilância das Forças Armadas. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário desenvolveram suas atividades plenamente.

Claudius, 1992. Collor games



Dois momentos da nova democracia brasileira, pós-ditadura militar. Na charge de Claudius, à esquerda, a ascensão e queda de Fernando Collor, afastado da presidência por meio de *impeachment*; na charge de Angeli, à direita, um cotejo entre as relações políticas de Lula (PT) e as de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).



Numa situação de alta inflação, concentração de renda e desigualdade social, a preocupação fundamental do Estado nesse período foi a redução e o controle da inflação. Para isso, muitos planos econômicos foram criados, como o Plano Cruzado, o Plano Collor, o Plano Bresser e o Plano Real, mas somente o último, criado no governo Itamar Franco pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, alcançou os objetivos propostos.

Sem ter havido no Brasil um Estado do bem-estar social, o Estado neoliberal que se implantou a partir do governo Collor-Itamar criou, pelas políticas que desenvolveu, um “Estado do mal-estar social”. Vamos examinar as políticas implantadas.

- Na tentativa de integrar a economia do país à globalização, o Estado neoliberal promoveu a privatização de empresas estatais (nos setores de siderurgia, energia e comunicações) e abriu o mercado nacional a produtos estrangeiros, derrubando barreiras às economias mais poderosas do mundo.
- No sistema financeiro, foi permitida a livre atuação dos bancos e o movimento de capitais no mercado interno; renunciou-se ao controle da moeda nacional e da política cambial, atrelando a moeda nacional ao dólar, para facilitar as transações no mercado financeiro.
- Foram tirados dos trabalhadores direitos que tinham resultado de muitas lutas. Alteraram-se os contratos de trabalho, o limite de horas na jornada de trabalho, as férias remuneradas, além do sistema de aposentadorias. Também foram criadas aposentadorias privadas, que muito beneficiaram o setor financeiro.

- Incentivou-se a criação de escolas particulares e, com isso, houve uma proliferação de faculdades e universidades particulares no Brasil. Essa expansão só foi possível porque foi financiada pelo Estado em detrimento das universidades públicas.
- Ampliou-se a presença das empresas que administram planos de saúde, ficando o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para os mais pobres.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que sucedeu ao de Fernando Henrique Cardoso, foi necessário manter e ampliar políticas de compensação à concentração de renda e às desigualdades sociais, que continuavam muito grandes. Assim, criaram-se políticas sociais visando amenizar a situação precária da maior parte da população brasileira. Essas políticas compensatórias, como o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo acima da inflação, entre outras, lentamente estão provocando uma diminuição, ainda que pequena, da desigualdade social no Brasil.